



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JANEIDE GOMES GALDINO

**O OLHAR DAS MÃES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

JANEIDE GOMES GALDINO

**O OLHAR DAS MÃES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Campus de Cajazeiras/PB, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ane Cristine Herminio Cunha.

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

G149o	<p>Galdino, Janeide Gomes. O olhar das mães sobre o processo de inclusão escolar de crianças com TEA na educação básica / Janeide Gomes Galdino. – Cajazeiras, 2024. 49f. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Ane Cristine Herminio Cunha. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Educação inclusiva. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. Inclusão de crianças com TEA. 4. Criança autista- desenvolvimento. 5. Inclusão e integração. I. Cunha, Ane Cristine Herminio. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 376

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

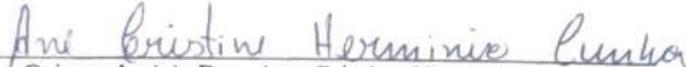
JANEIDE GOMES GALDINO

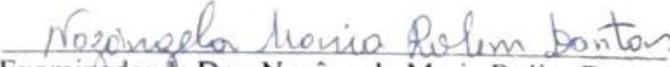
O OLHAR DAS MÃES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus de Cajazeiras/PB, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ane Cristine Herminio Cunha

Monografia aprovada em: 17/07/2024


Orientador(a): Dra. Ane Cristine Herminio Cunha


Examinador 1: Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas


Examinador 2: Dra. Stella Margia de Moraes Santiago

Dedico esta monografia ao Senhor meu Deus por ter sempre cuidado de mim, dando-me bençãos e força necessária para aqui estar, aos meus filhos, meu marido, minha mãe, meus irmãos (em especial meu irmão caçula, jailson que foi fundamental para que esse trabalho fosse concluído) e minha sogra (minha principal rede de apoio nessa jornada).

AGRADECIMENTOS

O sentimento da gratidão, para mim, é um dos sentimentos mais belos e nobres que uma pessoa pode ter, por isso quero expressar meus agradecimentos.

Ao Senhor meu Deus em primeiro lugar por ter sempre me dado à força e a coragem para não desistir.

À minha mãe, Marineide (Neide), por ser o maior exemplo de quem não desiste. Com ela aprendi sobre resiliência e fé.

Ao meu pai, José Galdino (in memória), homem justo, trabalhador, que não tinha medo de lutar pelos seus ideais. Com meu pai aprendi sobre respeito, sobre dignidade e empatia.

Ao meu esposo que sempre me incentivou e me apoiou, dando-me a força e a coragem para não desistir. Sempre me estimulou e segurou a barra nos momentos mais tensos e desafiadores.

Aos meus filhos (Maria Heloisa, Ana Laura e Juan Diedo) que são as minhas maiores inspirações, e que trazem enormes alegrias todos os dias.

Aos meus irmãos: Janielson, Bruno e Jailson por sempre estarem comigo, apoiando-me e acreditando na minha capacidade.

À minha sogra, Josefa (Zefinha), que foi e é, minha principal rede de apoio nos momentos que precisei estudar, trabalhar ou fazer qualquer outra atividade.

Aos meus irmãos da Comunidade Católica Siloé, que sempre me acolheram e que sempre estiveram comigo nos momentos mais especiais ou difíceis da minha vida. Gratidão hoje e sempre.

À minha orientadora, Anne Cristine, que mesmo nas minhas angústias me ouviu e me acolheu.

Aos meus colegas e amigos que levarei para vida, em especial: Jéssica, Liliam e Ediviges, mulheres incríveis que me ensinaram muito sobre amizade e companheirismo. Um lindo presente que a UFCG me deu.

À professora Dena, a quem tenho um carinho enorme e por ter sido à primeira professora da instituição a despertar em mim o amor ao ensino.

À professora Suzi, que com sua empatia e carinho, incentivou-me a não desistir.

Agradeço, por fim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta na minha formação.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

(Paulo Freire).

RESUMO

O presente estudo pensa a inclusão escolar de crianças com autismo como um processo fundamental para garantir que alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham acesso a uma educação de qualidade, em um ambiente que respeite suas necessidades e promova seu desenvolvimento e apresenta discussões que nos levam a reflexão sobre o processo de inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar. Para tanto, tem como objetivo geral compreender como se dá o processo de inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica. Os objetivos específicos destinam-se a analisar a inclusão de crianças com TEA nas instituições de ensino; identificar como o processo de ensino e aprendizagem de crianças com autismo está sendo formulado nas instituições de ensino, e averiguar se de fato o processo de inclusão está acontecendo de forma efetiva ou se há, apenas um modelo de integração que está sendo ilusoriamente implantada como sendo um modo de inclusão. Realizou-se então uma pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa. Em seu caráter exploratório e descritivo apoiado nos seguintes procedimentos metodológicos: questionário estruturado e conversas informais com 04 mães de crianças com autismo que fazem parte da APAA (Associação de Pais e Amigos do Autista) da Cidade de Cajazérias-PB, com o intuito de se compreender o processo de inclusão dessas crianças no ambiente escolar. A análise dos dados nos permitiu tecer conhecimentos a partir dos relatos dessas mães, considerando a importância do processo de inclusão escolar para crianças com TEA na educação básica. Os resultados indicam que a educação inclusiva para crianças com autismo enfrenta desafios, mas também oferece possibilidades de superação. A legislação que protege os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, assim como a formação adequada dos professores para atender às necessidades educacionais dos alunos autistas. A pesquisa conseguiu responder à questão central sobre como se dá o processo de inclusão de crianças com TEA na Educação básica e alcançar os objetivos propostos. Em resumo, é possível promover a inclusão efetiva dessas crianças na escola, desde que haja o suporte legal adequado, e uma preparação adequada dos profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação inclusiva. Inclusão de crianças com TEA.

ABSTRACT

This study considers the school inclusion of children with autism as a fundamental process to ensure that students with Autism Spectrum Disorder (ASD) have access to quality education, in an environment that respects their needs and promotes their development and presents discussions that lead us to reflect on the process of including children with autism in the school environment. To this end, the general objective is to understand how the process of school inclusion of children with autism in basic education takes place. The specific objectives are intended to analyze the inclusion of children with ASD in educational institutions; identify how the teaching and learning process for children with autism is being formulated in educational institutions, and find out whether in fact the inclusion process is happening effectively or whether there is just an integration model that is being illusorily implemented as being a mode of inclusion. Basic research was then carried out with a qualitative approach. In its exploratory and descriptive character supported by the following methodological procedures: structured questionnaire and informal conversations with 04 mothers of children with autism who are part of APAA (Association of Parents and Friends of Autistic People) in the City of Cajazerias- PB, with the aim of understand the process of including these children in the school environment. Data analysis allowed us to weave knowledge from these mothers' reports, considering the importance of the school inclusion process for children with ASD in basic education. The results indicate that inclusive education for children with autism faces challenges, but also offers possibilities for resilience. Legislation that protects the rights of people with Autism Spectrum Disorder (ASD) plays a crucial role in promoting inclusion, as does adequate teacher training to meet the educational needs of autistic students. The research managed to answer the central question about how the process of including children with ASD in basic education takes place and achieve the proposed objectives. In short, it is possible to promote the effective inclusion of these children in school, as long as there is adequate legal support and adequate preparation of the professionals involved.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusive education. Inclusion of Children with ASD.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAA	Associação de Pais e Amigos do Autista
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PEI	Plano de Educação Individualizado
PB	Paraíba
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TDI	Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	15
2.1 O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM AUTISMO	16
3 APRESENTAÇÃO E DIFERENCIAÇÕES ENTRE INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO	18
3.1 BREVE CONCEITO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	20
4 POLITICAS EDUCACIONAIS E LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
5 METODOLOGIA	26
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	26
5.2 LÓCUS DA PESQUISA E OS SUJEITOS PARTICIPANTES.....	27
5.3 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	28
6 ANÁLISE DOS DADOS: O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	30
6 .1 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como principal objetivo analisar o processo educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação básica com base nas reflexões a partir dos relatos das mães de crianças com autismo sob a perspectiva da educação inclusiva. Buscou-se compreender como ocorre a inclusão dessas crianças com autismo no ambiente escolar, identificando desafios, possibilidades e a importância de uma abordagem que respeite as necessidades individuais de cada aluno. A pesquisa buscou contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e acolhedoras para crianças com TEA.

O interesse em pesquisar sobre o processo de inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar surgiu devido a minha primeira experiência como professora de uma criança com TEA. Essa criança me fez compreender que o processo de inclusão vai além de apenas mantê-la dentro da sala de aula, passei então a pesquisar mais sobre o assunto, até que veio a curiosidade de saber como essas pesquisas estão sendo realizadas dentro do meio acadêmico, e de como tais pesquisas podem ajudar aos estudantes, que serão futuramente professores, a se dedicarem a pesquisa sobre a temática, e a buscar cada vez mais informações que possam ajudar nesse processo de inclusão. Compreendi que as respostas sobre o processo de inclusão escolar que eu procurava estavam com as mães que vivenciavam constantemente situações que, por vezes, deixavam no ar uma pergunta constante: a inclusão realmente está acontecendo em nossas escolas? Esses alunos e familiares podem dizer que, de fato há inclusão escolar? Como as escolas têm colocado em prática as Leis e as Políticas Públicas que regem o processo educacional de pessoas com deficiência?

Essa temática ganhou ainda mais relevância quando veio o diagnóstico do meu afilhado. Acompanhar seu processo desde a suspeita até o laudo final me fez refletir sobre muitas questões, em especial sobre o processo de inclusão escolar, algo que claramente ele não vivenciava naquele ambiente, pois todo o dia recebia notícias que ele chorava muito, porque não desejava ir para escola, e ao chegar à instituição de ensino ficava com medo de entrar na sala de aula e, muitas vezes, passava o período das aulas na biblioteca sozinho, sem um suporte, ou mesmo algo que o estimulasse a desejar ficar naquele espaço.

O tema inclusão ainda é um assunto que requer uma demasiada atenção, tendo em vista que a integração de pessoas com TEA ainda é considerada um dos maiores desafios para as escolas e profissionais da educação justamente pela grande falta de informação acerca do assunto além da falta de preparação dos profissionais, a maioria não conhece nem mesmo as

leis que regem e defendem os direitos das pessoas com TEA ou com alguma outra deficiência.

Nessa perspectiva, o estudo parte da seguinte problemática: é possível a realização da inclusão de crianças com TEA na educação básica? Em vistas a essa questão definimos o objetivo geral da pesquisa que é: compreender, por meio das percepções das mães, como se dá o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação básica, procurando de forma geral discutir a importância do processo de inclusão de crianças com autismo nas instituições de ensino. E quanto aos objetivos específicos temos:

- Analisar a inclusão de crianças com TEA nas instituições de ensino;
- Identificar como o processo de ensino e aprendizagem de crianças com autismo está sendo formulado nas instituições de ensino;
- Averiguar se, de fato, o processo de inclusão está acontecendo de forma efetiva ou se há apenas um modelo de integração.

De acordo com dados do Censo de Educação Básica, houve no Brasil, um aumento das matrículas entre crianças e adolescentes com autismo na educação especial com cerca de 1,7 milhões de alunos com maior concentração de matrículas no ensino fundamental, cerca de 62,90%, esses dados foram levantados de acordo com o censo de 2023. As instituições de ensino são proibidas de negarem matrícula para qualquer pessoa com deficiência, porém, sente-se ainda certo desrespeito com a Lei mesmo que de forma velada.

Com isso, o número de alunos com TEA em escolas e salas de aula comum vem aumentando, no entanto, alguns desafios ainda são frequentes como: o bullying; a falta conhecimento e de preparo da comunidade escolar, por exemplo, saber lidar em casos de surtos de agressividade ou automutilação; descumprimento ou até mesmo falta de conhecimento sobre as Leis; falta de planejamento e adaptação das atividades; ausência de recursos e de profissionais destinados no apoio educacional desses alunos; formação continuada dos docentes com priorização na educação especial; salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que de verdade estejam estruturadas e organizadas para um atendimento de fato especializado.

Tendo em vistas rodas essas questões para embasar teóricamente e contribuir com nossa pesquisa trouxemos as contribuições dos seguintes autores: Cavaco (2020); Souza (2019); Mantoan (1997); Carmo (1991); Almeida (2016); Nascimento (2016); Chiote (2019), e as principais Leis e Políticas Educacionais de educação inclusiva. Quanto à metodologia será apresentada a caracterização da pesquisa, o lócus e os sujeitos participantes e os instrumentos de coleta dados.

Por fim, o presente estudo está organizado em seções com títulos e subtítulos.

A primeira seção é a introdução, na qual ressaltamos a importância da pesquisa a respeito do processo de inclusão escolar de crianças autista na educação básica, trazemos informações e complementações que embasam a nossa pesquisa. Apresentamos alguns dos autores que fomentam teoricamente o nosso estudo. Pontuamos a problemática a ser abordada, juntamente com os objetivos gerais e específicos que irão guiar a produção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso.

Na segunda seção, destacamos o Transtorno do Espectro Autista, trazendo um breve contexto histórico e o desenvolvimento cognitivo da criança com autismo, pontuando algumas características cognitivas desenvolvidas por crianças com TEA. Na terceira seção, discutimos sobre a apresentação e diferenciações entre inclusão e integração com um breve contexto histórico sobre todo o processo dos sistemas integracionistas aos estudos e formulação do sistema inclusivo, há também uma breve contextualização sobre a educação inclusiva. Na quarta seção, trazemos as Leis e Políticas Educacionais que regem a educação inclusiva. Na quinta seção, trazemos a metodologia com: a caracterização da pesquisa; o lócus e os sujeitos participantes; os instrumentos e coleta de dados.

Na sexta e última seção, realizamos as análises dos dados coletados, construindo reflexões a partir dos relatos das mães de crianças com autismo acerca do processo de inclusão escolar de crianças com TEA. Por fim, as considerações finais, com elementos que embasam essa pesquisa.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O estudo inicial sobre o autismo se deu na década de 1940 nos Estados Unidos, mas somente em 1943 se teve a primeira publicação de informes intitulados de: “Alterações autistas do contato afetivo”, tanto o estudo como o informe supracitado foram trazidos por Leo Kanner, no qual relatou o autismo como um distúrbio do desenvolvimento infantil classificando suas características como: dificuldade de interação social, comunicação e padrões de comportamento repetitivos (Cunha, 2023).

A história do autismo no Brasil também tem seus pontos importantes a ser destacado, o termo autismo foi inserido no país por volta de da década de 1940, no entanto, somente na década de 70, o tema passou a ser um ponto de investigação pelos pesquisadores. A partir dos anos 2000, houve uma maior visibilidade e discussão sobre o tema. Atualmente encontramos grupos de pesquisas, revistas, estudos acadêmicos, além de muitas outras iniciativas de pesquisadores que se dedicam a estudar sobre o tema de modo geral, com isso, é possível nos depararmos com um maior número de informações e dados sobre a temática. O nosso país ainda conta com organizações e profissionais engajados na pesquisa, diagnósticos e intervenções, auxiliando assim em um melhor alcance sobre o tema, e no apoio às pessoas com esse transtorno, aos familiares e as instituições, seja de ensino ou de saúde.

No período entre os anos de 1943 e 1963, o transtorno do espectro autista foi entendido como um transtorno emocional e com isso levantado a suspeita de que o autismo surgiu por meio da falta de afetividade nas relações de pais e/ou de mães para com seus filhos. Somente nos anos entre 1963 e 1983 que essa hipótese foi desconsiderada por meio do surgimento de explicações que defendia a presença de uma alteração cognitiva para as dificuldades percebidas na pessoa com TEA (Rivière, 2004).

Na década de 1980, passou-se a acreditar que o autismo poderia ser considerado um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TDI), já que desde muito cedo as alterações estão ali presentes na vida da criança. Somente em 2013 surge o termo “Transtorno do Espectro Autista” (TEA) por meio do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM- V), da Associação Americana de Psiquiatria.

No ano de 2013, O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), trouxe a mudança da nomenclatura para os transtornos Autísticos, de Transtornos Invasivos de Desenvolvimento para Transtornos do Espectro Autista (TEA). O autismo é considerado um transtorno que necessita ainda de muito estudo por se tratar de um transtorno

que afeta diretamente as principais áreas do ser humano ainda num período bem precoce da vida humana.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM AUTISMO

O autismo é um transtorno que tem recebido bastante atenção nos estudos atuais, e ainda provoca uma inquietude, curiosidade e preocupação por trazer um impacto direto nas relações humanas desde muito cedo. As crianças com autismo enfrentam dificuldades precoces na comunicação social, o que se manifesta em áreas como desenvolvimento da linguagem e relacionamentos emocionais e sociais.

Utiliza-se o termo espectro autista por compreender que não se tem uma resposta consistente aos estímulos e ao perfil tido como “heterogêneo”. Segundo Cavaco (2020),

O autismo é então um transtorno que afeta o desenvolvimento global da criança em muitos aspectos, nomeadamente em nível da interação social recíproca, com notório comprometimento acentuado nos comportamentos não verbais, nomeadamente em nível do contacto por meio do olhar, do uso das expressões faciais para as diversas emoções ou situações, dos gestos desadequados, assim como da postura corporal que se manifesta igualmente deficitária e desajustada. Todos estes indicadores variam no seu grau, assumindo diferentes formas, considerando as idades em que se encontram e o entendimento/interesse que podem os autistas revelar relativamente aos outros, implicando também, neste processo, a compreensão relativamente ao funcionamento social e às regras sociais (Cavaco, 2020, p. 30).

É na primeira infância que já se podem perceber alguns pontos tidos como “incomuns” no desenvolvimento humano como: a falta de interação social, a pouca, ou nenhuma comunicação verbal, interesses fixos, adesão inflexível as mudanças e outros fatores tidos como agentes comuns.

Chiote (2019) vai destacar que as características comportamentais, bem como os distúrbios e as neurodivergências irão surgir com mais acentuação por volta dos três anos de idade. Uma criança ou adulto com autismo vai trazer, em sua maioria, uma dificuldade na interação com outros, comportamentos de características de repetição, dificuldades em sair da rotina, entre outros pontos. Segundo Souza (2019) o conceito de TEA pode ser definido como:

Um transtorno global de desenvolvimento que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação e na interação social, as pessoas com autismo apresentam um distúrbio severo, moderado e leve em alguns casos, dentro da perspectiva do desenvolvimento, principalmente relacionado à sua comunicação e interação social. Porém, em alguns casos, podem apresentar incríveis habilidades intelectuais, educacional, motoras, musicais, de memória, linguísticas e outras, que muitas vezes

não estão de acordo com a sua idade cronológica (Souza, 2019, p.16).

É importante ressaltar que cada pessoa ou criança com autismo possui um comportamento e personalidade própria como toda e qualquer pessoa ao aprender coisas novas ou ao conseguirem interagir com outras pessoas, fazendo com que haja alterações nos seus modos de se comportar (Griesi-Oliveira; Sertie, 2017). Como as características autistas são de modo diferenciado, sendo apenas alguns pontos semelhantes, conseguimos “constatar que, no âmbito comunicacional, para aqueles que têm o uso da fala, há uma enorme dificuldade para iniciar e manter um discurso, uma conversa, evidenciando uma linguagem repetitiva [...]” (Cavaco, 2020, p. 31).

Não existe um padrão fixo para os distúrbios ou as questões comportamentais e de aprendizagem, nas atividades com jogos por exemplos alguns podem ter dificuldades em assimilar determinadas situações enquanto outras dificuldades na fala ou na socialização, outros ainda conseguem se socializar muito bem, mas com algumas particularidades como sensibilidades ao som ou as texturas de certos alimentos e objetos (Cavaco, 2020).

Segundo Chiote (2019) os fatores que levam ao autismo são inconclusivos, não se tem um padrão ou ação específica por isso a existência de diversos métodos de “tratamentos” e investigações cada vez mais profundas sobre o assunto, podendo contar assim com diversos profissionais como: psicólogos, neurologistas, fonaudiólogo entre outros. A intervenção precoce é fundamental para melhorar o prognóstico do autismo, atuando diretamente na organização cerebral e favorecendo o desenvolvimento da criança. É essencial que a criança seja acompanhada por profissionais desde cedo, assim que os primeiros sinais forem identificados, para começar a trabalhar na rotina dela.

3 APRESENTAÇÃO E DIFERENCIAÇÕES ENTRE INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

Os princípios filosóficos que norteiam e classificam a prática educacional da educação especial são: a normalização, de 1950, a integração, de 1970; e a inclusão, de 1975, ambas com a missão de direcionar a filosofia de atendimento ao aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Veremos, no entanto, nos parágrafos a seguir, os dois últimos princípios.

O termo integração nasce na Dinamarca por volta da década de 1950, se desenvolvendo em seguida nos Estados Unidos, seguido do Canadá, porém chega ao Brasil apenas na década de 1970. O princípio de Integração nasce com o propósito de idealização para atender os objetivos em defesa dos alunos com alguma deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Mantoan (1997) vai destacar que:

[...] integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor (Mantoan, 1997, p. 08).

A comparação do sistema de integração escolar com uma cascata mostra que a inserção do aluno em salas regulares, classes especiais ou instituições especializadas depende da sua capacidade de se adaptar às opções do sistema escolar. Essa abordagem não questiona o esquema atual e mantém tudo como está. Em outro momento de seus estudos, a autora descreve que uma das opções de integração escolar caracteriza-se como *Mainstreaming* (integração). Essa abordagem promove a ideia de que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, devem ter a oportunidade de receber educação adaptada às suas necessidades específicas.

O sistema de cascata prevê a existência de serviços segregativos que entram em conflito com os objetivos da normalização. Na prática, a criança continua sendo segregada na turma regular, com apenas alguns momentos de interação social com os outros alunos considerados "normais". A forma de inserção depende da capacidade de adaptação do aluno às opções oferecidas pelo sistema escolar, podendo ser em escolas regulares, em salas comuns ou especiais, e até mesmo em instituições especializadas. Portanto, o processo de integração escolar não será possível para todos, mas somente para aqueles que possam e consigam se adaptar da melhor maneira possível às classes regulares de ensino. Aqueles, no entanto, que não conseguem se adaptar ou se integrar será direcionado para instituições de ensino ou salas "especiais".

A maioria dos defensores da integração também advoga a ideia de oferecer um atendimento personalizado, tanto em termos pessoais quanto didáticos ou metodológicos, para as crianças da Educação Especial. No entanto, ao criar esses serviços e organizar recursos pedagógicos e didáticos especializados, a escola regular acaba sendo contraditória em relação aos seus princípios, pois está tratando de forma diferenciada aqueles que deveriam ser recebidos como iguais. Podemos perceber, dessa forma, uma ambiguidade resultante do desejo de integrar aqueles que são diferentes e a noção de necessidades específicas.

Os integracionistas ainda não consideram que existem diferenças comuns entre todas as pessoas e não somente entre aquelas com deficiência. Quanto a isso Carmo (1998) vai destacar que:

[...] defensores deste ideário ao buscarem a integração estão em última análise afirmando que os ‘deficientes’ não estão integrados na sociedade. Além disto, fazem esta afirmação tendo como leitura as carências desses indivíduos em termos de trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação e muitas outras mazelas geradas pela relação capital x trabalho na sociedade brasileira (Carmo, 1998, p. 391).

Os defensores desse ideário, ao buscarem a integração, essencialmente estão declarando que as pessoas com deficiência não estão plenamente integradas na sociedade. Além disso, fazem essa afirmação considerando as necessidades desses indivíduos em relação ao trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação e muitos outros desafios resultantes da relação entre capital e trabalho na sociedade brasileira.

Autores como Fernandes (1995) e Carmo (1998) reconhecem que a questão da integração é mais abrangente, não se limitando apenas ao aspecto educacional ou escolar. Existem outros fatores, como saúde, lazer, moradia, assistência médica e alimentação, que são fundamentais para a sobrevivência humana com um mínimo de dignidade. Dessa forma, o aspecto da exclusão se estende além das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Sobre o princípio de integração e a intolerância à diferença, Fernandes (1995) vai destacar como, às vezes, a busca pela integração pode resultar na tentativa de forçar a igualdade entre coisas diferentes, em vez de aceitar e celebrar a diversidade, na “tentativa de igualar o igual ao desigual”.

Autores como Carmo (1991) abordam a corrente integracionista no contexto da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. O autor destaca a defesa da igualdade fundamental em direitos e deveres entre todas as pessoas, independentemente de suas capacidades. Ele menciona a defesa da inclusão de pessoas com deficiência em classes

especiais, classes comuns ou escolas especiais, de maneira abstrata e universal, visando garantir o acesso ao conhecimento para todos. O autor reconhece a importância dessa luta pela inclusão e pelo acesso ao conhecimento, mas também levanta a questão dessa abordagem conseguir perceber as contradições mais profundas nas relações entre as pessoas. No entanto, ele destaca que essa abordagem é capaz de perceber e lutar para que todos possam viver e atuar socialmente. Essa reflexão levanta importantes questões sobre a inclusão e a integração das pessoas com deficiência na sociedade. Por isso ele vai destacar que:

[...] por um lado, a corrente integracionista trata idealmente a realidade, por outro, ela reconhece a igualdade essencial entre os homens em direitos e deveres. Defende-se a inclusão dos deficientes no âmbito escolar, seja em classes especiais, classes comuns ou escolas especiais de forma abstrata e universal, defende no fundo o acesso ao conhecimento pelo ‘deficiente’; se não consegue perceber as contradições mais profundas existentes nas relações entre os homens, consegue perceber e lutar para que os homens vivam e atuem socialmente(Carmo, 1991, p.124).

A corrente integracionista discute em relação à inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar. Ela destaca a defesa da igualdade essencial em direitos e deveres entre todos, mas também aponta para possíveis contradições na forma como a integração é buscada. É possível reconhecer a importância de garantir o acesso ao conhecimento para as pessoas com deficiência, mas também várias questões são levantadas sobre as relações mais profundas entre as pessoas e a necessidade de compreensão das contradições inerentes a essas relações. Essa reflexão sobre a inclusão e a integração das pessoas com deficiência é fundamental para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.1 BREVE CONCEITO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao se falar em processo de inclusão escolar é fato constatar que ao longo dos anos, as instituições de ensino e o próprio processo educacional já passaram por várias transformações, mas é fácil também concluir que muita coisa ainda precisar ser feita é preciso ainda colocar em prática tudo aquilo que se encontra em documentos e leis que defendem e cuidam do processo de inclusão, de modo geral. É importante destacar que a educação inclusiva se difere da educação especial. A educação especial trata-se de um “[...] ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para pessoas com deficiência visual ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual” (Mendonça, 2015, p. 02).

Em contrário a reação das políticas integracionistas citadas anteriormente. Essa nova política educacional, essa nova expressão, vem como uma concretização do que de fato deveria ser a integração. Vem com uma explicação e uma efetivação dos direitos, não somente das pessoas com deficiência, mas todos de uma forma completa e sistemática nas escolas regulares e assim não permitindo que ninguém fique sem estudar. Esse conceito de que ninguém deve ficar de fora do ensino regular, pode ser confirmado nos termos a seguir:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados(BRASIL, 1987).

As escolas devem ser espaços inclusivos, onde todas as crianças são bem-vindas e devem ter oportunidades de aprendizado, compreendendo assim a importância das escolas em acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

A educação inclusiva é um princípio fundamental que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes regulares de ensino. Essa abordagem não se limita apenas à inclusão de alunos com deficiências, mas abrange todos os estudantes que possam enfrentar barreiras ao aprendizado, seja por questões sociais, econômicas ou culturais. A importância da educação inclusiva reside em seu potencial para promover a equidade e a diversidade dentro das salas de aula, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa.

A Declaração de Salamanca defende a ideia de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas dificuldades e diferenças”. (BRASIL/UNESCO, 1994, p. 23.) No entanto, sugere também a escolarização de crianças em escolas e classes especiais, “[...] nos casos, pouco frequentes, nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer as necessidades educativas ou sociais da criança, ou quando necessário para o bem-estar da criança ou das outras crianças” (BRASIL/UNESCO, 1994, p. 24).

Sob essa ótica, podemos entender que aceitar a existência de instituições especializadas equivale a reconhecer a presença de práticas segregativas, que são defendidas pela integração. Nesse sentido, notamos uma contradição neste documento que merece ser destacada: enquanto afirma que todas as crianças com necessidades educativas especiais

(PNE) podem aprender juntas em escolas regulares, também sustenta que elas podem ser educadas em instituições separadas, o que caracteriza a segregação. Contudo, é importante ressaltar que o documento traz alguns aspectos positivos para a Educação Especial. O principal deles é a valorização da convivência entre as diferenças, pois é por meio dessa interação que conseguimos identificar nossas próprias limitações.

Assim, enquanto a integração anteriormente promovia a ideia de uma igualdade abstrata entre as pessoas, sustentando que todos são iguais, atualmente o princípio da inclusão reconhece que somos todos diferentes e, por essa razão, devemos conviver juntos. Dessa forma, nossa igualdade agora se fundamenta na diferença. Portanto, somos unidos pela diversidade e pelas desigualdades, pois o que nos une é a clara realidade de que cada um de nós possui características únicas.

4 POLITICAS EDUCACIONAIS E LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Algumas Leis foram sancionadas ao longo dos anos, com base na preocupação que se tinha sobre a educação de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Em 27 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei 12.764, que afirma sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo. No Art. 1º, §2º mostra que “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”, com isso caso o aluno comprove sua deficiência/dificuldade, tem o direito de ter um acompanhante especializado ao seu lado. Além disso, no Art. 3º. Inciso I, II, III e IV, diz sobre os direitos dessas pessoas com Autismo “[...] o acesso à educação e ao ensino profissionalizante” (BRASIL, 2012).

Essa legislação tem asseguradas todas as políticas de inclusão do país. No dia 06 de julho de 2015: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nacional 13.146, que garante o direito das pessoas com deficiência. No Art. 1º diz que é: “destinada a assegurar a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). No capítulo IV, o Art. 28, Inciso VII, diz sobre o poder público assegurar, incentivar o “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015).

Tais Leis vêm garantir todo o processo de seguridade e de inclusão de pessoas com TEA durante todo o seu trajeto escolar. Cada pessoa autista tem garantido por Lei o apoio de acompanhante no espaço escolar, para que assim possa lhe dar todo o suporte necessário, no entanto, tal pessoa não pode ser qualquer uma, ela deverá ter uma preparação, para que assim possa garantir todo o apoio necessário. Está amparado por Lei esse preparo destacado na Legislação brasileira, em que segundo a Lei 9394/96 - LDB, no Art. 59, Inciso I e III,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; [...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Todas essas leis são importantes na contribuição do processo de inclusão escolar, sabemos que muito ainda precisa ser feito, mas uma coisa é certa quando há de fato esse

processo de inclusão as crianças conseguem melhorar significativamente seus processos de aprendizagem, de socialização e de interação com outros. O processo de incluir é importante para todos, pois assim a educação entra em um estado de movimento, os professores irão se atualizar sobre suas práticas docentes, a escola seja ela pública ou privada tem a obrigatoriedade de passar por um processo de reestruturação e modernização, para que assim possam responder de fato, as necessidades de cada um de seus alunos (Mantoan, 2003).

Chiote (2019,p.43) aponta que:“o desenvolvimento humano não pode ser visto como um percurso solitário; ele depende dos modos de participação do outro, na inserção e interação do sujeito na vida cultural”. Vigotski (1983 *apud* Chiote, 2019, p. 149) afirma que “[...] passamos a ser nós mesmos por meio dos outros”. Todo o processo de inclusão passa diretamente por esse contato com o outro, com a interação e com a própria relação humana de modo geral.

A lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nacional 13.146, garante o direito das pessoas com deficiência. No Art. 1º diz que é:“destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). No capítulo IV, o Art. 28, Inciso VII, diz sobre o poder público assegurar, incentivar o “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015).

No artigo 205 da Constituição Federal de 1988 descreve que: “a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa...”. a Constituição assim destaca o termo: “todos” deixando assim subtendido que não há distinção entre as pessoas. No artigo 206 é salientada a igualdade de condição para o acesso à permanência escolar, sendo assim pode-se concluir que a Constituição garante o direito a educação sem diferenciação de sexo, cor, raça, origem ou deficiência. Fora assim compreendido que não se deve ter nenhum tipo de discriminação ou recusa de matrícula de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Em 1994 em cooperação com a UNESCO, o governo da Espanha organizou uma Conferência Mundial em Educação Especial na cidade de Salamanca, destacou que o direito de cada criança à educação é destacado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e foi enfatizada pela Declaração Mundial sobre Educação para todos. Na Declaração de Salamanca ficou determinado que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (MEC/SEESP, 2006).

O processo de inclusão requer muito mais do que apenas a integração, ou seja, a presença única e somente da criança em sala de aula ou dentro da instituição de ensino, é preciso haver mais respeito à individualidade de cada um, levando em conta suas necessidades, seus níveis de aprendizagens e suas individualidades de modo geral. A Lei Berenice Piana, sancionada em 2012, constituiu o Dia Nacional de conscientização sobre o autismo, celebrada em 02 de abril, um avanço importante que podemos destacar em nosso país, na Legislação que garante direitos de inclusão de pessoas autistas. Esta lei é a primeira voltada especificamente para pessoas autistas, observando as particularidades de uma pessoa com TEA.

5 METODOLOGIA

Nesta seção, exploraremos os caminhos seguidos para conduzir este estudo. Primeiramente, descreveremos a pesquisa e seus componentes principais, destacando os caminhos de estudos escolhidos para a construção desse trabalho. Em seguida, falaremos sobre como a pesquisa de campo foi realizada.

A principal atividade que nos dá um entendimento mais seguro nos aproximando da realidade é a pesquisa, nos proporcionando itens que permitem a investigação do sujeito. Essa pesquisa foi qualificada como uma pesquisa de natureza básica e mesmo tendo a intenção de buscar um estudo mais minucioso sobre a temática trabalhada, não possui uma intencionalidade de uma aplicação prática.

Na investigação científica, a metodologia desempenha um papel crucial como uma ferramenta que guia e facilita a realização da pesquisa. Nessa etapa, são empregados métodos e técnicas específicos, visando resolver questões pertinentes ao estudo. Conforme Almeida (2016) destaca, é fundamental compreender que a pesquisa não representa um fim em si, mas sim um meio para empregar métodos apropriados na consecução dos objetivos almejados, conferindo-lhe maior organização e eficácia.

Portanto, a metodologia atua como um guia para o pesquisador, fornecendo direcionamento sobre como conduzir a pesquisa e quais técnicas empregar, representando uma oportunidade para a produção de conhecimento.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa aqui abordada é de natureza básica, pois, visa a produção de novos conhecimentos para o progresso da ciência, buscando estabelecer verdades de interesse amplo e universal, sem foco em aplicações práticas específicas. Seu propósito é explorar aspectos de um tema que ainda não foi completamente debatido, por meio da análise de conceitos e descrição de ideias. Reafirmando isso, Nascimento (2016, p. 01) destaca que “A pesquisa básica objetiva gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, busca gerar verdades, ainda que temporárias e relativas de interesses mais amplos (universalidade), não localizados”. A pesquisa básica serve-se, portanto, para debater demasiados temas ou questões levando em consideração alguns aspectos que, de algum modo, ainda não foi totalmente debatido, por meio de uma análise de concepções de ideias.

Quanto ao tipo da pesquisa, ela é de caráter exploratório e descritivo. É descritiva, pois

tem o objetivo de analisar o processo de inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, descrevendo o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, além dos métodos utilizados ou não, pelos docentes para que o processo de aprendizagem aconteça de forma inclusiva. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1987). Ela ainda é exploratória, pois busca compreender, por meio da efetuação de uma entrevista, com mães de crianças com autismo em idade escolar, como acontece o processo de inclusão. Nesse tipo de pesquisa se busca novas possibilidades e cenário ainda pouco explorado ao se referir a um determinado tema. Seu propósito é obter familiaridade e insights sobre uma situação existente. Segundo Gil (2002, p. 41), “Essas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A abordagem aqui escolhida foi à qualitativa. Segundo Córdova e Silveira (2009, p.31) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Abordagem desse tipo tem como foco os aspectos da realidade, na qual se busca uma reflexão para assim melhor compreender as relações sociais existentes. Assim, partindo desse conhecimento, a ideia é examinar e analisar de forma crítica o tema em estudo, buscando interpretar uma categoria específica considerando seus contextos históricos e sociais para uma reflexão aprofundada e análise detalhada, sobre o processo de inclusão escolar de crianças com TEA.

Para uma linha de conhecimento e construção acerca do tema, foi utilizado como aporte teórico leituras de livros, artigos e teses encontrados, em sua maioria, em sites como: Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

5.2 LÓCUS DA PESQUISA E OS SUJEITOS PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com 04 (quatro) mães de crianças com autismo. Essas mães fazem parte da APAA (Associação de Pais e Amigos do Autista) da cidade de Cajazeiras-PB, que atualmente atende cerca de 83 pessoas, entre crianças e adolescentes. Uma Associação não governamental cujo principal objetivo é ajudar, apoiar e assegurar os direitos e bem-estar de crianças e adolescentes autistas. O local em questão está situado na região central da cidade, com um espaço acolhedor e aconchegante onde são recebidos e acolhidos pais, crianças e adolescentes.

A intenção da escolha de se conversar com mães sobre o tema inclusão, se deu pelo fato de compreendermos que não teríamos fontes mais seguras do que as mães que lutam

diariamente pelos direitos de seus filhos e que acompanham de perto o passo a passo de cada ação ou determinações que envolvem o contexto sobre autismo. De início se pensou em uma pesquisa voltada para os professores ou as instituições, mas ao longo da produção do trabalho foi compreendido que alguns profissionais poderiam responder à pesquisa, baseados em algumas direções advindas do medo de falar sobre o assunto. Outro desafio foi à dificuldade em encontrar profissionais da educação que desejasse falar sobre o tema, alguns até inseguros por não conhecer muito bem a questão em pauta.

Alguns critérios foram adotados para a escolha das participantes como: serem mães de crianças na faixa etária entre 06 e 14 anos com nível de suporte 1 (de acordo com laudo). Ao todo teremos dados de 05 crianças, visto que uma dessas é mãe de duas crianças com TEA.

Para fazerem parte da pesquisa foram selecionadas 10 mães, no entanto, apenas 04 se dispuseram a responder às questões sobre o tema. A maioria das mães que se negaram a responder à pesquisa alegou falta de tempo ou indisposições para falarem sobre a temática abordada.

As participantes da pesquisa tiveram seus nomes preservados e serão identificadas por pseudônimos: Margarida, Rosa, Flor e Tulipa.

Margarida é mãe de duas crianças com TEA, uma com 14 anos de idade, que cursa o 9º ano do ensino fundamental (anos finais), com tempo de diagnóstico de 5 anos. Ela também é mãe de uma criança de 11 anos de idade, que está cursando o 7º ano do ensino Fundamental (anos finais) com 3 anos de diagnóstico.

Rosa é mãe de uma criança com 6 anos de idade que está no 1º ano do Ensino Fundamental anos iniciais com tempo de diagnóstico de 3 anos.

Flor é mãe de uma criança com 6 anos de idade, que cursa o 1º ano do Ensino Fundamental, e que possui um tempo de 3 anos e 6 meses de diagnóstico.

Tulipa é mãe de uma criança com 14 anos de idade, cursando o 8º ano do ensino Fundamental (anos finais), que possui um tempo de diagnóstico de 10 anos.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

O instrumento de pesquisa utilizado para coleta dos dados foi um questionário com 13 questões abertas, possibilitando às participantes da pesquisa uma liberdade para falarem ao seu modo e de forma muito consciente e tranquila. Cada participante respondeu à pesquisa de

acordo com a realidade vivida por sua criança no ambiente escolar, trazendo como ponto principal a questão da inclusão nesses espaços. Para González (2020), o pesquisador deve utilizar o instrumento que melhor se adapte aos objetivos e ao perfil do pesquisador.

De início, pensamos em uma entrevista com mães, no entanto, algumas dificuldades foram postas e validamente aceitas como: disponibilidade no horário, justamente por essas mães terem agendas bem divididas entre o trabalho com o lar e a família, o trabalho fora do lar e as próprias questões que envolvem as crianças como: terapias, consultas, aulas, atividades físicas etc. Tornou-se assim impossível um encontro pessoal com cada uma.

O contato inicial se deu por meio de uma conversa informal, no qual foi realizado o convite explicando o tema em questão e a relevância que esse estudo traria como contribuição para as pesquisas na área. Posteriormente, houve o envio do questionário via WhatsApp e a pesquisadora se colocou à disposição em qualquer tempo ou horário para tirar qualquer dúvida.

6 ANÁLISE DOS DADOS: O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Essa pesquisa é relevante nos âmbitos acadêmico, social e profissional, pois ampliou nossa compreensão sobre o tema investigado, levando em consideração o processo de inclusão escolar de crianças com autismo.

Assim, foi lançado um questionário para as mães em que de início descreveriam as características de seus filhos, pontuando questões voltadas ao dia a dia dessas crianças como, por exemplo, suas rotinas e a socialização tanto familiar como no ambiente escolar, e por último, mas não menos importante, questões relacionadas diretamente ao processo de ensino e aprendizagem e ao processo de inclusão escolar.

Antes de responderem às questões propriamente ditas, cada mãe preencheu um questionário com dados pessoais, no qual descreveram as idades de seus filhos; tempo de diagnóstico; nível de suporte e se possuíam ou não monitor escolar. Quanto a essa última questão, apenas uma respondeu que sim.

O questionário munido de 13 questões trouxe em suas 05 (cinco) primeiras perguntas, questionamentos voltados para a personalidade e as características tidas como “típicas” de uma pessoa com autismo. Na primeira questão perguntamos: sua criança responde quando é chamada pelo nome? Esse tipo de questionamento é importante para termos uma leitura mais clara e objetiva sobre como se dá a relação interpessoal entre as crianças e as pessoas que convivem com ela, e assim podermos compreender o porquê de determinados comportamentos dessa criança. Sobre a pergunta, duas mães responderam que sim, e duas responderam que em parte, destacando que: “dependendo do estresse não responde” (Flor, 2024).

Marteletto (2011) vai pontuar que alguns pais e até mesmo profissionais percebem alguns comportamentos que podem levá-los a pensar em uma possibilidade de a criança apresentar surdez, como por exemplo, não atender pelo nome quando os pais o chamam; não olhar para o interlocutor; não seguir com o olhar para um objeto ou brinquedo, mesmo que este contenha estímulos sonoros ou visuais.

Na segunda pergunta, questionamos a respeito dos comandos pedidos ao longo do dia. Sua criança responde a comandos do dia-a-dia? Para essa questão apenas uma mãe respondeu que sim, as outras 3 (três) pontuaram que em parte, destacando que apenas com muito empenho é que se obedece ou se entende o comando solicitado. “... com alguns esforços, às vezes, na terceira tentativa é que ela obedece”(Flor 2024).

O autismo pode ser classificado como um transtorno do desenvolvimento que

apresenta prejuízos tanto qualitativos quanto quantitativos, os quais afetam diretamente as áreas da interação social, da comunicação e do comportamento (Schwartzman, 2011). Entretanto, é também visto atualmente como um distúrbio do neurodesenvolvimento, pois há disfunções cerebrais que acarretam distúrbios nas habilidades físicas, sociais e de linguagem (Gauderer, 1993).

Na terceira questão pedimos que fosse descrito um dia típico da criança, ou seja, sua rotina. Esse tipo de questionamento é importante por entendermos que a rotina de uma pessoa com autismo pode variar amplamente de acordo com suas preferências pessoais, nível de funcionamento e necessidades específicas. Para muitos autistas, a rotina desempenha um papel crucial em seu bem-estar e conforto emocional, fornecendo previsibilidade e estrutura em meio a um mundo, muitas vezes, caótico e imprevisível. Sobre essa questão, todas as mães pontuaram que a rotina se seguia de forma comum com horários demarcados e estruturados de acordo com as terapias, consultas, e as atividades extracurriculares, como atividades físicas e esportivas, que esses horários seguem o mesmo padrão diariamente. Margarida (2024) acrescenta que “é uma rotina bem difícil por ele gostar muito de telas e preferir ficar, na maioria das vezes, sozinho”.

Para muitos autistas, certas atividades repetitivas ou específicas podem desempenhar um papel reconfortante em sua rotina diária, como alinhar objetos, memorizar informações detalhadas sobre um tema de interesse ou se envolver em hobbies específicos. Essas atividades podem servir como uma forma de autoexpressão, relaxamento e foco para o indivíduo autista.

Na quarta questão perguntamos se a criança apresentava alguma estereotipia. As estereotipias são comportamentos repetitivos, restritos e estereotipados que podem ser observados em crianças com autismo (é importante ressaltar que as estereotipias não são exclusivas de crianças com autismo e também podem estar presentes em crianças neurotípicas em situações de estresse ou ansiedade).

Quanto ao fato da referência à “anormalidade” do movimento, é necessário lembrar que, assim como tiques e hábito motor, por exemplo, não são sinônimos entre si, mas categorizações de estereotipias, também não podemos considerar que os comportamentos estereotipados signifiquem, necessariamente, a presença de alguma patologia instalada. Padrões motores ou dislalias patológicas decorrentes de alterações psicomotoras ou de lesões neurológicas ocorrem frequentemente. No entanto, diariamente deparamos condutas estereotipadas de fundo social, moral, autoagressivo, educativo e de rituais, sem que sejam consideradas anormais (Hoffmann, 1996, np).

Esses comportamentos podem incluir movimentos motores repetitivos, como balançar

as mãos, bater palmas, torcer os dedos, entre outros; vocalizações repetitivas, como emitir sons sem sentido ou repetir palavras, ou frases; além de fixações intensas em determinados objetos, padrões ou atividades. Quanto as respostas: as quatro mães afirmaram que suas crianças apresentam estereótipias, (Flor, 2024); acrescenta que “raramente, quando muito estressada... comete automotilação”.

Os movimentos estereotipados, para Levin (1995), também chamados de “movimentos autísticos”, não se dirigem a ninguém e clausuram a relação da criança com o mundo exterior. É fundamental compreendermos que as estereotipias são uma forma pela qual a criança autista lida com o mundo ao seu redor e podem servir como mecanismos de autorregulação do seu ambiente sensorial.

6. 1 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA

A inclusão escolar é um processo fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Esse processo envolve a criação de ambientes educacionais acolhedores, diversificados e adaptados para atender a todos os estudantes, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário haver um planejamento cuidadoso e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Isso inclui a formação de professores para lidar com a diversidade, o desenvolvimento de adaptações curriculares e metodológicas, a promoção da acessibilidade física e tecnológica, além do estímulo à participação ativa e colaborativa de todos os alunos no processo de aprendizagem.

A inclusão escolar não se resume apenas à presença física dos alunos na sala de aula, mas também diz respeito ao acolhimento, à valorização das diferenças e ao respeito às individualidades. É um processo contínuo que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar – gestores, professores, funcionários, alunos e familiares – para que juntos possam criar um ambiente inclusivo e enriquecedor para todos. Segundo Mantoan (1997) vai dizer que não é o âmbito físico que define a inclusão, mas a disposição em aceitar, compreender e valorizar as diferenças.

Por meio das respostas das participantes pudemos compreender que a convivência com os colegas de classe também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão escolar de crianças com autismo. A promoção da empatia, do respeito às diferenças e da

valorização da diversidade contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos. Atividades que incentivem a interação social, o trabalho em equipe e a colaboração entre os estudantes podem ajudar a fortalecer os laços de amizade, a compreensão mútua e um processo de ensino e aprendizagem mais eficaz. Chegamos a essa constatação com base nas respostas dadas pelas mães a seguinte questão: o que você considera que seu filho aprende na escola? A mãe Margarida (20204) vai destacar que “considero que ela consegue acompanhar a turma por não necessitar de atividades extras e com a ajuda de sua colega ela se sente ainda mais segura para realizar as atividades”. A mãe Tulipa (2024) destaca que “na escola ele aprendeu a se socializar com os demais”. E a mãe Rosa (2024) ainda pontua “[...] conseguir acompanhar a rotina escolar, que antes não conseguia”.

É importante destacar que as respostas das mães nos remete a uma aprendizagem voltada para o cunho do comportamento e da socialização, sem que, no entanto, consigamos visualizar, em suas falas, descrições de alguma característica ou alguma atividade voltada para o processo de ensino e aprendizagem adquirida por sua criança. Apenas a mãe Flor (2024) vai escrever que sua filha “tem conseguido aprender os números, as letras e as sílabas. Aprende inglês com facilidade, mas ainda não lê”. Recordando que essa é a mãe de uma criança de 6 (seis) anos.

Para que o processo de inclusão escolar de crianças com autismo seja efetiva, é fundamental que as escolas estejam preparadas para acolher esses alunos de forma adequada. Isso inclui a formação contínua dos professores em relação ao autismo, a adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades específicas dessas crianças, a promoção de estratégias pedagógicas inclusivas e o estabelecimento de parcerias com profissionais especializados em autismo.

Ao perguntarmos sobre a participação das crianças em atividades culturais ou datas comemorativas da escola, obtivemos as seguintes respostas: “só participa se não tiver um número grande pessoas” (Rosa, 2024); a mãe Flor (2024) responde que “sim, ela adora participar de tudo que a escola oferece”. Outra mãe vai pontuar “sim, São João da escola, desfile cívico e outros” (Tulipa, 2024). Apenas uma mãe vai dizer que não.

Perguntamos ainda se as crianças possuem amigos na escola. Essa pergunta veio por compreendermos que a socialização é um aspecto importante para indivíduos com autismo. Desenvolver habilidades sociais e interagir com os outros pode ser desafiador, mas é fundamental para o bem-estar e inclusão dessas pessoas na sociedade. É importante oferecer apoio e oportunidades para poderem praticar e melhorar suas habilidades sociais, contribuindo

assim para uma maior inclusão e qualidade de vida. Quanto as resposta sobre essa questão, apenas uma mãe respondeu que não. As demais disseram que sim, pontuando, no entanto, que possuíam entre um e dois amigos. Sobre a importância da socialização, Cunha (2023) vai destacar que:

A socialização é um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, portanto, a integração da criança nas atividades da escola é fator crucial. Participar da rotina escolar desenvolve um sentimento de pertencimento, que coloca a criança em várias situações de aprendizagem e fortalece a autoconfiança e a imagem que as outras crianças irão criar sobre a criança com autismo, despertando naquelas, também o interesse em compartilhar experiências em situações de igualdade. Essas relações são essenciais para desenvolver aspectos importantes nas funções mentais das crianças com autismo (Cunha, 2023, p. 60).

Percebemos assim a importância da socialização para o desenvolvimento global de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Participar ativamente das atividades escolares não só promove o sentimento de pertencimento, mas também proporciona oportunidades valiosas de aprendizado e crescimento. O contato com os colegas em um ambiente inclusivo pode fortalecer a autoconfiança da criança com autismo e contribuir para a construção de relações positivas e enriquecedoras. Esse processo inclusivo não beneficia apenas a criança com TEA, mas também sensibiliza os outros estudantes para a diversidade e promove uma cultura de respeito e inclusão.

A inserção de crianças com autismo em classes regulares requer um trabalho colaborativo entre a escola, a família e os terapeutas da criança. A comunicação aberta e constante entre todos os envolvidos é essencial para garantir o bem-estar e o progresso acadêmico e social do aluno autista. O desenvolvimento de um Plano de Educação Individualizado (PEI) também pode ser uma ferramenta importante para identificar metas específicas e estratégias personalizadas para cada criança. Com base nesse progresso acadêmico das crianças com TEA perguntamos as mães se são enviadas para casa atividades, caso fosse, como eram essas atividades. Duas mães responderam que não (uma dessas mães é a que possui duas crianças com TEA). Outra mãe pontuou “sim, atividades com pinturas, corte de papel, colagem e sempre uma para escrever o nome” (Rosa, 2024). Flor (2024) vai dizer que a filha consegue acompanhar as atividades de acordo com o livro didático sem necessitar de uma atividade diferente da turma.

Ainda sobre as atividades, questionamos se as crianças conseguem acompanhar as atividades propostas em sala de aula, de acordo com o seu ano letivo de ensino, obtivemos as seguintes respostas:

“Até agora sim, mesmo com toda a dificuldade em aprender a ler” (Flor, 2024).

“Sim, mas somente pelo fato dele ter altas habilidades” (Margarida, 2024). Duas mães, no entanto, responderam categoricamente que não. Conseguimos perceber claramente nas respostas, mesmo que curta, das mães que há uma falta de formação, para os professores, quanto às elaborações de atividades que deveriam auxiliar e contribuir no processo ensino e aprendizagem das crianças, por isso a importância da elaboração de um Plano de Educação Individualizado (PEI), levando em consideração aquilo que está demarcado na Política Nacional de Educação Especial, do ponto de vista da Educação Inclusiva.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

Essas atividades são desenvolvidas de forma individualizada, levando em consideração as habilidades e as dificuldades de cada aluno. O objetivo principal é oferecer um suporte educacional especializado que possibilite o pleno desenvolvimento do potencial de cada estudante, preparando-o para enfrentar os desafios da vida acadêmica e social.

Solicitamos ainda que fosse relatada uma experiência positiva de aprendizagem adquiridas pelas crianças na escola. Uma das mães respondeu que “ela conseguiu um processo de assimilação muito bom e mesmo sem saber ler consegue interpretar algumas coisas de forma muito clara. Consegue escrever mesmo sem a leitura e resolver questões matemáticas” (Flor, 2024); Rosa (2024) respondeu: “já sabe as cores, os números, as vogais, reconhece as demais letras do alfabeto e o seu nome”; “consegue escrever o nome completo” (Tulipa, 2024). Margarida, que está respondendo por duas crianças com autismo, destacou que não consegue reconhecer nenhuma experiência de aprendizagem em seus filhos. “Minha filha consegue acompanhar as atividades de sala por conta da coleguinha que ela é muito próxima, mas não necessariamente por uma questão da própria escola, não consigo descrever uma experiência propriamente dita advinda da escola”.

Sobre seu filho, ela responde “a única experiência que consigo enxergar é o fato de finalmente ele ter uma monitora escolar”. É possível, com as respostas aqui destacadas compreendermos que parte das experiências de aprendizagem apreendidas pelas crianças são atividades ou conhecimentos tidas como, algo mais do senso comum, não há uma fala de nenhuma mãe que traga um exemplo de experiência de aprendizagem mais profundo ou mais

desafiador.

Segundo Cunha (2023),

O desabrochar das manifestações emocionais na criança é o resultado de uma interação que respeita a aprendizagem e o desenvolvimento da criança como um todo, que respeita seu tempo, que estimula suas descobertas e da criação de um vínculo seguro que apoia as descobertas, as tentativas, as indagações e que organiza experiências positivas de aprendizagem (Cunha, 2023, p. 132).

O estabelecimento de um vínculo seguro entre a criança e seus educadores é fundamental para encorajar as tentativas, questionamentos e explorações da criança. Essa abordagem permite que a criança se sinta confiante para expressar suas emoções, desenvolver sua autonomia e construir relações interpessoais saudáveis e assim também evoluir para um patamar de ensino mais desafiador.

Na nossa penúltima pergunta pedimos que fosse relatada uma experiência negativa das crianças na escola. A essa pergunta sentimos certa tensão das participantes em respondê-la, algumas até nos pediu um exemplo para que pudessem filtrar melhor a sua resposta. As respostas que obtivemos foram:

Resistencia da parte dos professores ao diferente na aprendizagem e quererem cobrar demais do aluno sem que ele consiga acompanhar conteúdos sem ele ter a mínima condição (Tulipa, 2024).

Eu, como mãe, procuro cada dia me aperfeiçoar, me especializar para saber como lidar. Eu sei que não é fácil, que cada dia é um desafio, cada autismo é um autismo, cada pessoa autista é diferente, mas aí se nós, mães, corremos atrás de se especializar, por que não os professores? O ponto negativo que eu acho é que alguns professores ainda não se especializaram para o novo tempo, para o novo mundo. Então como os meus filhos também têm altas habilidades não é por qualquer coisa que eles conseguem ficar. Tem que ser algo um pouco difícil e que chame a atenção deles. Eles não conseguem ficar parados. Então, os professores têm que correr atrás, porque o número só aumenta (Margarida, 2024).

Observamos aqui que as mães pontuam a falta de empenho dos docentes sobre as atividades que podem contribuir no processo educacional das crianças, e que cobram uma formação mais eficaz da parte dos professores para que assim possam conseguir acompanhar e contribuir efetivamente para o processo educacional dos alunos, em especial os alunos com necessidades educacionais diferenciadas. Ao respeitar o ritmo individual de cada criança, estimular suas descobertas e criar um ambiente seguro e de apoio, é possível promover um desenvolvimento educacional saudável e positivo.

É bem verdade que ao nos referirmos sobre o processo de aprendizagem e experiências

educacionais, podemos dizer que é um espaço ainda em construção com inúmeras lacunas a serem preenchidas. Por isso Alves (2005, np) vai afirmar que “...a escola regular é um espaço possível de circulação desses alunos, porém, a instituição escolar está presa a concepções simplificadoras que percebe o aluno como um sujeito a ser adaptado e socializado, somente”.

É importante usarmos as nossas lentes de aumento e perceber que escola não é formada apenas pelo docente existem pessoas e órgãos públicos que devem assim como os docentes procurar formações e informações do mesmo modo que as famílias de crianças com autismo buscam, é o que a mãe Margarida questiona em sua fala “...se nós, mães, corremos atrás de se especializar, por que não os professores?”. Em destaque a essa mesma dificuldade de falta de apoio e de instrução a mãe Rosa (2024) acredita que se ao menos tivesse um monitor na sala de aula, a aprendizagem fluiria melhor. A mãe Flor (2024) vai relatar que a experiência mais negativa foi o bullying cometidos por alguns coleguinhas. Flor chama atenção para um aspecto importante que não foi mencionada pelas demais. Questões como bullying, racismo, preconceito etc, também remetem a ações que competem a escola procurar estratégias, criar ações e projetos que possam combater ou erradicar atitudes como essas.

Chegamos por fim a última questão direcionada as mães a respeito de seus filhos com autismo e o processo de inclusão escolar. Perguntamos: diante de tudo que você descreveu e relatou. Você acredita que seu (a) filho (a) está incluso (a) na escola? As respostas foram:

Eu não acredito que meus filhos estejam incluídos na escola. Por que pra mim, inclusão não é só colocar na sala de aula. Pra mim, inclusão é inclusão de verdade e eu sei quando não é incluso, porque eu tenho dois filhos autistas e sei muito bem quando tem preconceito e quando não é inclusão. Então, eu não acho que meus filhos sejam incluídos na escola (Margarida, 2024).

Sim, sei que eles fazem o melhor. O difícil é a convivência dela com algumas coleguinhas que não sabem lidar com a situação, mesmo outros autistas na sala de aula, mas cada um com um comportamento diferente (Flor, 2024).

Outra mãe vai pontuar que “de forma alguma, eles maquiaram a situação” (Tulipa, 2024). A mãe de pseudônimo Rosa vai apenas afirmar que sim, sem nenhuma outra explicação.

Algo notável dessa última questão foi vermos as diferentes respostas sobre a inclusão escolar das crianças descritas aqui por suas mães. Cada mãe fez uma colocação com argumentos e pontos diferentes das demais mães, uma sendo incisiva ao afirmar que não havia inclusão o que se tinha era apenas uma fórmula maquiada da situação; outra descrevendo sua insatisfação ao perceber que seus filhos não são incluídos, e isso pode ser afirmado quando

ela ainda destaca “Eu nunca me lembro de minha filha ter sido chamada para tirar alguma foto no dia do autismo ou em outra ocasião. Eu não lembro dela ter sido chamada pra nada. Por quê? Porque ela é autista, pelo menos nunca chegou nenhum convite para ela. Então, para mim, isso também não é inclusão” (Margarida, 2024). A mãe Flor afirma que sua filha é incluída, no entanto deixa transparecer sua inquietação por saber que a convivência de sua filha com os colegas é um pouco difícil.

Em resumo podemos constatar que em alguns momentos encontramos nas falas das mães algumas divergências, algumas contradições. Como o fato da mesma mãe destacar sua insatisfação por na sala de aula de seu filho não ter um monitor, o que é descrito na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garante o direito à educação inclusiva e prevê o suporte necessários para alunos com deficiências, incluindo o autismo, porém afirma que seu filho está incluído.

O processo de inclusão escolar de crianças com TEA envolve garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente que respeite suas necessidades individuais. Isso inclui a implementação de estratégias de ensino adaptadas, o suporte de profissionais especializados, a promoção da aceitação e compreensão por parte dos colegas e da comunidade escolar, além do estabelecimento de parcerias com a família para garantir o apoio necessário tanto na escola quanto em casa. A inclusão escolar efetiva requer um compromisso com a diversidade, o respeito e a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho de pesquisa constatamos que o processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um desafio que envolve não apenas a escola, mas toda a comunidade educativa e os pais. A inclusão dessas crianças em ambiente escolar regular requer uma abordagem cuidadosa e individualizada para garantir que suas necessidades sejam atendidas de forma adequada. Além disso, foi constatado o aumento nas matrículas escolares de crianças na rede regular de ensino. Por isso, a escolha em abordar o tema da inclusão de crianças com TEA na educação básica se faz necessário e importante por considerar a busca do conhecimento sobre o processo de inclusão escolar, em especial, a inclusão de crianças com autismo, por isso a escuta das mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista se tornou fundamental por entendermos que são elas que vivem no dia-a-dia realidades voltadas diretamente para essas crianças e assim compreendermos se de fato o processo de inclusão escolar se dá na prática.

Diante disso, a pesquisa teve com objetivo geral de compreender como se dá o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação básica, por meio das percepções das mães. Verificou-se que o propósito foi alcançado, uma vez que a pesquisa identificou os desafios que dificultam a inclusão, tais como a falta de garantia de direitos, a carência de formação adequada para os professores, a falta de adaptação nos currículos e nas atividades desenvolvidas e o preconceito. Além disso, foi possível compreender como a inclusão dessas crianças pode ocorrer na rede comum de ensino e refletir sobre métodos pedagógicos que incentivem uma educação de fato inclusiva.

O primeiro objetivo específico foi analisar a inclusão de crianças com TEA nas instituições de ensino, por meio das percepções das mães. Acreditamos que o objetivo foi alcançado, pois ao interpretar e analisar as respostas advindas das mães, foi possível observar que, apesar dos desafios existentes no processo de inclusão, há maneiras eficazes de promover uma educação inclusiva, além de nos levar a compreensão da importância da socialização para o desenvolvimento infantil, em especial, para crianças com autismo. É perceptível que a legislação que aborda os direitos das pessoas com TEA desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, atuando como uma garantia de direitos e como um meio de fomentar a igualdade e o respeito pela diversidade.

O segundo objetivo específico consistiu em identificar como o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA está sendo formulado nas instituições de ensino, e essa meta, foi atendida por verificarmos que as atividades realizadas por crianças com autismo, em

muitos casos, não são adaptadas, o que muitas vezes dificulta o processo de aprendizagens dessas crianças, além da falta de formação qualificada tanto da parte dos docentes como por todo o corpo escolar. Percebemos ainda que se faz necessário nesse processo de ensino e aprendizagem adaptações curriculares, recursos pedagógicos diferenciados, acompanhamento individualizado e apoio de profissionais especializados. Essas são estratégias que podem ser adotadas para favorecer o processo de inclusão escolar das crianças com TEA.

O terceiro objetivo específico foi averiguar se de fato o processo de inclusão estava acontecendo de forma efetiva ou se havia apenas um modelo de integração que estava sendo ilusoriamente implantada como sendo um modo de incluir. Acreditamos que essa meta também foi atendida por percebemos que o processo de inclusão escolar passou por um longo caminho, mas que hoje amparado por Leis e Políticas Educacionais trouxe apoio e reforço à luta de pessoas com deficiência nas instituições de ensino.

Contudo, embasado nas respostas coletadas na pesquisa pudemos compreender que muito ainda precisa ser feito e que o processo de inclusão propriamente dito ainda é uma realidade não vivenciada e que ilusoriamente encontramos um modelo integracionista tomando uma forma e uma força, tida ou descrita como sendo um formato de inclusão. Compreendemos ainda que para promover a inclusão escolar de crianças com TEA, é essencial a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, onde o respeito à diversidade e a valorização das diferenças sejam premissas fundamentais.

As constatações realizadas durante a pesquisa partiram da problemática que norteou o desenvolvimento deste estudo: é possível a realização da inclusão de crianças com TEA na educação básica? Desse modo, podemos chegar à conclusão de que essa questão não foi completamente respondida por entendermos que para uma resposta efetiva é necessário dissolução advinda também de profissionais da educação para que assim se possa fechar um conclusão acerca dessa temática, levando em consideração que foi possível discorrer sobre a devida importância do processo de inclusão escolar de crianças com autismo, na educação básica, ao passo que identificarmos as possibilidades para que esse processo aconteça, porém, necessita-se de um olhar mais minucioso acerca do assunto e estratégias válidas para que de fato o tema inclusão não seja algo distante de nossa realidade. Além disso, é importante promover a sensibilização de toda a comunidade escolar, estimulando a empatia, o respeito e a colaboração entre alunos, professores, funcionários e pais. A parceria com a família é essencial para o sucesso da inclusão, pois os pais e os profissionais da educação são os principais conhecedores das necessidades e potencialidades de suas crianças com TEA.

Diante da metodologia proposta, reconhecemos que mesmo seguindo as orientações

tidas como necessária para esse tipo de pesquisa, verificamos ainda a presença de algumas limitações que foram surgindo ao longo de seu desenvolvimento. Podemos destacar que por se tratar de uma pesquisa voltada para a inclusão de crianças com autismo, o referencial teórico deveria abranger um número maior de autores que falam sobre o desenvolvimento infantil, em especial, o desenvolvimento de crianças com TEA. Além disso, optamos por uma metodologia qualitativa utilizando como instrumentos de coleta de dados um questionário com perguntas abertas, o que nos deu uma certa parcialidade das participantes, no repertório das respostas, além do uso do questionário trazer questões menos objetivas o que leva ao participante muitas vezes fugir do assunto trazendo assim respostas vazias ou confusas. Outra limitação encontrada dentro da pesquisa foi a demora das mães em responderem ao questionário, vistos que são mães com uma agenda preenchida de compromissos e altas demandas, essa demora dificultou um pouco o tempo da elaboração e construção da pesquisa.

Concluimos, por fim, que para futuras pesquisas é possível estender o nosso acervo de leituras com um maior número de autores e pesquisas sobre o tema em questão. Outro ponto importante a destacar seria a respeito da colaboração de professores dentro da pesquisa, e que se fizesse um comparativo entre as respostas advindas de ambos os lados. É importante ressaltar que essa pesquisa não tem a intenção de por um fim nas discussões sobre o processo de inclusão de crianças com TEA na educação básica, mas promover, na verdade, reflexões em que se tragam um número cada vez maior de possibilidades para a inserção de crianças com autismo em escolas de ensino regular. O objetivo, na verdade, é garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas singularidades e promovendo seu desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Nara Gabriela Nascimento de. **Importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia.** Folha de Rostto, Juazeiro do Norte, v. 2, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/92>. Acesso em: 07 maio de 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 de Abr de 2024.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva.** Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> . Acesso em: 04 Abr. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Brasília: Casa Civil, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> . Acesso em: 04 Abr. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 05 Abr. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 05 Abr. 2024.
- CARMO, A. A. (1991) **Deficiência Física: a sociedade cria, recupera e discrimina.** Brasília: Escopo. (1998) Educação comum e especial: discursos diferentes e uma mesma prática excludente. In. MARQUEZINE, M. C. et al. (org.). *Perspectivas multidisciplinares em Educação Especial.* Londrina – PR: Ed. UEL.
- CAVACO, Nora. **Autismo o que precisamos saber?** Rio de Janeiro: Wak, 2020. p. 09-148.
- CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil:** Trabalhando a mediação pedagógica. 3.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2019. p.23-87.
- CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- CUNHA, A. C. H. **Aprendizagem e desenvolvimento das funções mentais superiores das crianças com o transtorno do espectro autista.** 2023. 146 p. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal Sergipe, São Cristóvão, 2023.

DIAS, Maria SaradeLima (Org.) **Introdução às leituras de Lev Vygotski:** debates e atualidades na pesquisa. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4583/1/leituraslevvygotski.pdf>>. Acesso em: 05 Abr. 2024.

DÍAZ, Felix, Vygotsky e a concepção sócio-histórico cultural da aprendizagem. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 61-88.

FERNANDES, A. C. (1995) A (des)integrada concepção de integração. In. CARMO, A. A., SILVA, R. V. S. (orgs.). Educação Física e a pessoa portadora de deficiência: contribuição à produção do conhecimento. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia. (Série Especialização e Monografia, 1).

GAUDERER, E. C. **Autismo**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>.

GRIESI-OLIVEIRA, Karina; SERTIE, Andréa Laurato. Transtornos do Espectro Autista: um guia atualizado para o aconselhamento genético. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 233-238, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167945082017000200233&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 24 Abr. 2024.

HOFFMANN, S. B. **Estereótipos na infância**. Porto Alegre – RS, 1996. Disponível em: <http://www.diversidadeemcena.net/artigo21.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 05 julho de 2024.

LEVIN, E. **A Clínica psicomotora: o corpo na linguagem**. Trad. Julieta Jerusalinsky. Petrópolis: Vozes, 1995. 341 p.

MANTOAN, M. T. E. **A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: contribuições para o Debate**. In. Revista Integração, Brasília, 1997, n. 19, p. 50-57.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. p. 14- 48.

MARTELETO, M. R. F. et al. **Problemas de comportamento em crianças com transtorno autista**. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 27, n. 1, p. 5-12, jan./mar. 2011.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. **Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos**. In: NASCIMENTO, Francisco Paulo

do; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática: como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Transtorno do espectro autista**. 2017.
Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em 04 de jul. De 2024.

RIVIÈRE, Á. **O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento**. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3, p. 234-25.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A Pesquisa Científica**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVIA, Claudia Lopes da; GARCEZ, Liliâne. **Educação inclusiva**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo infantil**. Brasília, DF: Corde, 1994.

_____. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.

_____. Condições associadas aos transtornos do espectro do autismo. In: SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011. p. 123-143.

_____. Neurobiologia dos transtornos do espectro do autismo. In: SCHWARTZMAN, J. S. **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011. p. 37-42.

_____. Transtornos do espectro do autismo: conceitos e generalidades. In: SCHWARTZMAN, J. S. **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011. p. 37-42.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

QUESTÕES

As perguntas que virão a seguir, são perguntas relacionadas ao contexto escolar de seu filho ou filha com foco na inclusão escolar.

DADOS SOBRE A CRIANÇA

Idade: _____

Tempo do diagnóstico: _____

Nível de suporte: _____

Escolaridade: _____

Possui monitor escolar: _____

1. Sua criança responde quando é chamado pelo nome?
2. Responde a comandos do dia a dia?
3. Descreva um dia típico do seu (a) filho (a), ou seja, sua rotina.
4. Apresenta estereotípias?
5. O que você considera que seu filho (a) aprende na escola?
6. Sua criança participa das atividades culturais da escola, como festas ou outras atividades em datas comemorativas?
7. Ele (a) tem amigos na escola?
8. São enviadas tarefas para ele (a) fazer em casa, se sim como são essas tarefas?
9. Ele (a) consegue acompanhar as atividades do ano de ensino dele (a)?
10. O que você mudaria na escola com relação ao processo de ensino e aprendizagem de seu (a) filho (a)?
11. Relate uma experiência positiva de aprendizagem de seu (a) filho (a) na escola.
12. Relate uma experiência negativa de seu (a) filho (a) na escola.
13. Diante do que você descreveu e relatou você acredita que seu (a) filho (a) está incluso (a) na escola?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.

Você está sendo convidada a participar como voluntário (a) no estudo intitulado de: “ O OLHAR DAS MÃES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA”, da pesquisadora Janeide Gomes Galdino, orientada pela Profa. Dra. Ane Cristine Herminio Cunha e vinculado ao Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo geral: compreender o processo de inclusão escolar de crianças com TEA na educação básica. Como objetivos específicos: Apresentar a importância da inclusão de crianças com TEA nas instituições de ensino; identificar e analisar como o processo de ensino e aprendizagem de crianças com autismo está sendo formulado nas instituições de ensino e averiguar se de fato o processo de inclusão está acontecendo de forma efetiva ou se há apenas um modelo de integração que está sendo ilusoriamente implantada como sendo um modo de inclusão.

Caso decida aceitar o convite, você será submetida aos seguintes procedimentos: de início uma conversa informal para que você possa conhecer um pouco a pesquisadora e sua pesquisa em seguida o preenchimento de questionário contendo 14 questões com perguntas abertas e dialogais, sobre o processo de inclusão escolar de sua criança.

Os riscos envolvidos com sua participação são: INVASÃO DE PRIVACIDADE; TOMAR O TEMPO DO SUJEITO AO RESPONDER AO QUESTIONÁRIO; EMBARAÇO DE INTERAGIR COM ESTRANHOS, MEDO DE REPERCUSSÕES EVENTUAIS. Os benefícios da pesquisa serão: CONTRIBUIR DE FORMA SIGNIFICATIVA PARA OS ESTUDOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO AMBIENTE ESCOLAR E AJUDAR A AMPLIAR O PROCESSO DOS CONHECIMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Atende também as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Orientadora **Ane Cristine Herminio Cunha**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (UAE/CFP/UFCG) cujos dados para contato estão especificados abaixo:

Dados para contato como responsável pela pesquisa

Nome: Ane Cristine Herminio Cunha.

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Endereço Profissional: Rua Sergio Moreira de Figueiredo, sn, bairro: Casas Populares, Cajazeiras- PB.

Telefone: (83) 98811 – 8595.

DADOS DO CFP

**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/ CFP/ UFCG, situado à Rua Sergio Moreira de Figueiredo, sn, bairro Casas Populares, Cajazeiras- PB,
CEP: 58.900-000**

EMAIL: cepcfufcgcz@gmail.com **Tel:** (83) 3532-2075.

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras – PB, 20 de maio de 2024.

Assinatura ou impressão dactiloscópica
do voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável
pelo estudo